

DGH Alimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Relatório da Administração

1 - Histórico

A DGH Alimentos S.A. foi constituída em 2018 representando a materialização de estudos estratégicos que definiram uma plataforma para consolidação de empresas no setor de alimentos com baixo nível de processamento industrial, com conceito “one step from nature”, essencialmente nas categorias relacionadas a grãos, sementes, farináceos e raízes, que compõem o setor de mercearia seca.

A DGH tem também o objetivo de fortalecer operações e marcas regionais, ampliando o mix de produtos e capturando sinergias entre as operações ao longo do tempo.

Em 2019, com as aquisições da Alnutri Alimentos Ltda. (Alnutri), sediada no estado de Minas Gerais, e Matprim Solutions Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda. (Matprim), no Amazonas, a Companhia deu seus primeiros passos em direção ao seu plano estratégico.

Em 2020, a Companhia concluiu a aquisição da Hikari Indústria e Comércio Ltda (Hikari), sediada no estado de São Paulo, expandindo o portfólio de produtos e mercados de atuação.

2 – Mensagem da Administração

Continuamos com nosso compromisso de estruturar a companhia para o crescimento, em 2021 e realizamos a implementação do sistema SAP S/4HANA em todas as nossas operações, padronizando e unificando processos para maior eficiência e integração das operações.

Contamos a partir de novembro de 2021 com um sistema de inteligência de negócios (BI) integrado que nos permite contar com informações detalhadas e tomar decisões mais direcionadas e ágeis na condução de nossos negócios e no atendimento aos clientes e consumidores.

Ao longo do ano foram efetivadas alterações organizacionais e de quadros de gestão, dentro do mesmo contexto de maior integração, sinergias e coordenação conjunta. A diretoria comercial foi reorganizada em toda a sua estrutura, sob nova liderança executiva.

Essas evoluções devem ter reflexos positivos no desempenho da companhia a partir do ano seguinte, mas causaram impacto restritivo ao longo de 2021 – principalmente no âmbito da implantação dos novos sistemas, com impacto direto no faturamento dos meses de ativação.

Além desses reflexos restritivos, em 2021 os negócios da companhia tiveram efeitos do processo inflacionário, com custos de matéria prima acelerando acima da capacidade de absorção pelos canais de vendas da companhia, afetando as margens. Entretanto, tal efeito foi gradativamente equacionado ao longo do segundo semestre, concluindo o período com perspectivas de retomada – tanto do crescimento, como de margens.

A pandemia do coronavírus também absorveu atenção prioritária da Administração, tanto nos cuidados com a equipe de colaboradores, como também pelo efeito sobre a demanda durante os meses de funcionamento intermitente do comércio e serviços de alimentação ao longo do ano.

Todos esses fatores prejudicaram o desempenho financeiro do exercício de 2021, mas permitiram finalizar o período com uma estrutura empresarial mais forte e preparada para retomar a evolução positiva de faturamento e margens.

Além da retomada atividade econômica sem as mesmas interrupções dos anos anteriores, a volta dos eventos sazonais –principalmente as Festas Juninas – será convergente com uma melhor perspectiva de gestão e resultados, a partir das mudanças estruturantes e integração de funções efetivadas nos últimos períodos.

Considerações

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, parceiros, fornecedores e clientes, que foram fundamentais para enfrentar os desafios ao longo de 2021. Acreditamos que cada um é essencial para a realização da nossa visão e esperamos que nossas relações sigam profícuas e duradouras.

3. Resumo das operações e resultados financeiros:

R\$ mil	2021	2020
Toneladas mil	61,2	77,8
Receita Líquida	411.545	428.608
(=) Resultado no Período	- 37.605	- 18.041
(+) Imposto de Renda	6.865	317
(+) Resultado Financeiro	12.249	11.735
(=) EBIT	- 18.491	- 5.989
(+) Depreciação, Amortização e Outros	6.782	6.376
(=) Ebitda	- 11.709	387
(+) Outros Resultados Não Recorrentes	3.720	4.478
(=) EBITDA Ajustado	- 7.989	4.865
% Receita Líquida	-1,9%	1,1%

4. ESG (Meio Ambiente - Social - Governança)

Desde sua constituição a DGH tem como diferencial no seu plano estratégico a busca dos melhores padrões ESG com desenvolvimento permanente e a vanguarda nesses três temas.

A empresa estabeleceu um comitê permanente de ética e compliance, desenvolveu um código de ética e implantou um canal estruturado de atendimento e comunicação, seguindo as melhores práticas de gestão e governança – com ênfase à diversidade e igualdade de gênero.

Meio Ambiente

Todas as operações da DGH foram submetidas a diligência ambiental prévia e tem processos de desenvolvimento de suas atividades pautados pela minimização permanente de efeitos ambientais.

Social

O grupo busca a consideração ampla dos fatores sociais dos seus negócios, valorizando os elementos humanos e sociais internos, e apoiando ou desenvolvendo projetos próprios de impacto social positivo. Entre esses projetos destacaram-se, em 2021, os seguintes:

- Projeto Curupira: localizado na comunidade que dá nome ao projeto, município de Manacapuru/AM é uma iniciativa que fomenta a agricultura local familiar e de subsistência para o plantio da mandioca e seu posterior beneficiamento, transformando-a em fécula. O projeto beneficia 10 famílias.
- Projeto Feijão do Bem: em parceria com a Fundação Renova, a Alnutri apoia três comunidades de agricultores do Rio Casca, em Mariana-MG, que praticam o plantio de feijão, se comprometendo com a compra da produção.

Governança Corporativa

A DGH foi constituída e implantada buscando os maiores padrões de governança e a preparação para o acesso ao mercado de capitais. Processos de auditoria com revisão trimestral, Conselho de Administração atuante com participação de membros externos, e transparência de suas atividades e resultados nos ambientes de negócio e no mercado financeiro de capitais - são exemplos de iniciativas e objetivos ao longo desse período.

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração do fluxo de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da DGH Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DGH Alimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da DGH Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias possuem processos judiciais, parte deles transitados e julgados durante o exercício de 2021, que discutem o direito de reconhecer a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) informado na base de apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social Financiamento de Seguridade (COFINS). Adicionalmente, em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão final para a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) informado na base de apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social Financiamento de Seguridade (COFINS). Em decorrência dessa decisão, a recuperação é praticamente certa e o correspondente ativo contingente deve ser reconhecido relacionado a este crédito tributário de acordo com a CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Entretanto a Companhia não finalizou a mensuração dos créditos tributários referente ao tema com as respectivas documentações suportes e, conseqüentemente, não registrou o ativo correspondente relacionado a esses créditos tributários. Se a Empresa tivesse concluído a mensuração desses créditos tributários e reconhecido o ativo correspondente, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6.



Handwritten signature in red ink, appearing to read 'M. Komukai'.

Marcelle Mayume Komukai

Contadora CRC 1SP249703/O-5.

DGH Alimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.977	53.071	23.054	76.973
Contas a receber de clientes	4	-	-	48.015	64.758
Estoques	5	-	-	42.802	40.393
Impostos a recuperar	6	669	397	5.047	3.454
Partes relacionadas	9	18.129	10.544	-	-
Outros créditos a receber	7	1.046	145	29.343	3.106
Total do ativo circulante		36.821	64.157	148.261	188.684
Não circulante					
Depósitos judiciais	8	-	-	3.536	2.540
Partes relacionadas	9	36.946	10.869	981	981
Outros ativos não circulantes		-	-	353	507
Impostos diferidos	10	-	-	9.935	3.071
Total do realizável a longo prazo		36.946	10.869	14.805	7.099
Investimentos	11	39.867	73.981	-	-
Imobilizado e direito de uso	12	173	2	8.008	9.092
Intangível	13	4.332	2.649	141.175	140.176
Total do ativo não circulante		44.372	76.632	149.183	149.268
Total do ativo		118.139	151.658	312.249	345.051

DGH Alimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	77	60	35.365	46.061
Fornecedores – risco sacado	14	-	-	3.243	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	58.584	40.852
Passivo de arrendamento	16	52	-	1.498	1.171
Obrigações trabalhistas	17	228	84	7.759	8.020
Obrigações fiscais	18	209	124	5.173	4.852
Outras contas a pagar		510	28	10.010	3.950
Investimentos a pagar	11	-	-	7.765	7.793
		1.076	296	129.397	112.699
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	25.529	36.995
Passivo de arrendamento	16	154	-	1.242	2.072
Obrigações fiscais	18	-	-	2.613	2.274
Provisão para processos judiciais	19	-	-	4.226	1.249
Provisão para passivo a descoberto de controladas	11	3.152	-	3.152	-
Investimentos a pagar	11	-	-	32.333	38.400
		3.306	-	69.095	80.990
Patrimônio líquido					
Capital social	20	165.079	165.079	165.079	165.079
Reserva de capital	20.1	30.113	30.113	30.113	30.113
Prejuízos acumulados		(81.435)	(43.830)	(81.435)	(43.830)
		113.757	151.362	113.757	151.362
Total do passivo e do patrimônio líquido		118.139	151.658	312.249	345.051

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DGH Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	21	-	-	411.545	428.608
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	22	-	-	(326.553)	(325.205)
Lucro bruto		-	-	84.992	103.403
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas	22	(5.047)	(7.141)	(36.664)	(40.667)
Despesas comerciais	22	-	-	(80.672)	(70.119)
Provisão para perdas esperadas de clientes	4	-	-	(332)	(453)
Equivalência patrimonial	11	(34.797)	(12.548)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		(3)	(2)	456	1.213
		(39.847)	(19.691)	(117.212)	(110.026)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
		(39.847)	(19.691)	(32.221)	(6.623)
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	23	2.616	1.749	3.426	2.508
Despesas financeiras					
Despesas financeiras	23	(374)	(99)	(15.675)	(14.243)
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas		2.242	1.650	(12.249)	(11.735)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					
		(37.605)	(18.041)	(44.470)	(18.358)
Imposto corrente					
Imposto corrente		-	-	-	(808)
Imposto diferido					
Imposto diferido		-	-	6.865	1.125
Prejuízo do exercício		(37.605)	(18.041)	(37.605)	(18.041)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DGH Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(37.605)	(18.041)	(37.605)	(18.041)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente	<u>(37.605)</u>	<u>(18.041)</u>	<u>(37.605)</u>	<u>(18.041)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DGH Alimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	165.079	30.113	(25.789)	169.403
Prejuízo do exercício	-	-	(18.041)	(18.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	165.079	30.113	(43.830)	151.362
Saldo em 1º de janeiro de 2021	165.079	30.113	(43.830)	151.362
Prejuízo do exercício	-	-	(37.605)	(37.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	165.079	30.113	(81.435)	113.757

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DGH Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(37.605)	(18.041)	(37.605)	(18.041)
Amortização de mais-valia em investimentos	2.469	2.642	3.723	4.578
Amortização de arrendamento	43	-	1.327	894
Depreciações e amortizações	-	-	1.892	1.848
Ganho/perda na baixa de imobilizado	-	-	21	1.108
Redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	332	453
Provisão para obsolescência e valor realizável líquido do estoque	-	-	1.486	(443)
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	4.874	1.758
Encargos sobre passivo de arrendamento	-	-	499	593
Variação cambial	-	-	97	3.635
Provisão para processos judiciais	-	-	2.977	(1.182)
Impostos diferidos	-	-	(6.865)	(1.125)
Equivalência patrimonial	34.797	12.548	-	-
	(296)	(2.851)	(27.242)	(5.924)
(Aumento)/redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	16.411	(7.681)
Estoques	-	-	(3.895)	(7.044)
Impostos a recuperar	(272)	(268)	(1.594)	(964)
Depósitos judiciais	-	-	(996)	(1.031)
Partes relacionadas	(7.585)	-	-	-
Outros créditos a receber	(699)	(67)	(26.083)	(447)
	(8.556)	(335)	(16.157)	(17.167)
Aumento/(redução) nos passivos				
Fornecedores	17	40	(7.453)	351
Obrigações trabalhistas	144	42	(261)	757
Obrigações fiscais	85	-	660	(3.888)
Outras contas a pagar	486	28	6.472	(1.538)
Investimentos a pagar	-	(1.059)	(6.094)	45.134
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(2.517)	(2.136)
	732	(949)	(9.193)	38.680
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(8.120)	(4.135)	(52.592)	15.589
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investidas	-	-	-	(5.395)
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	(15.105)
Mais valia na aquisição de investimento	-	-	-	(58.143)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.897)	(267)	(4.234)	(2.736)
Investimento em coligadas	-	(48.959)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.897)	(49.226)	(4.234)	(81.379)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	111.399	186.312
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(107.490)	(166.017)
Partes relacionadas, líquidas	(26.077)	(10.698)	-	-
Pagamento de passivo de arrendamento	-	-	(1.002)	(1.286)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamentos	(26.077)	(10.698)	2.907	19.009
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(36.094)	(64.059)	(53.919)	(46.781)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	53.071	117.130	76.973	122.765
Adição por aquisição de investimentos	-	-	-	869
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	16.977	53.071	23.054	76.853
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(36.094)	(64.059)	(53.919)	(46.781)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A DGH Participações S.A. foi constituída no dia 27 de abril de 2018, com sede no município de São Paulo. Foi constituída pela Stratus SCP Coinvestimento III - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, detentora de 100% do capital social. Em 14 de maio de 2019, conforme as Atas de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi alterada a denominação social da Companhia de DGH Participações S.A. para DGH Alimentos S.A.

A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: a participação em sociedades nacionais ou estrangeiras de qualquer natureza; a administração de bens próprios; e prestação de serviços de apoio a sociedades controladas ou afiliadas.

No dia 2 de janeiro de 2019, a DGH Alimentos S.A. concluiu a transação de compra de 100% das quotas das empresas Alnutri Alimentos Ltda. e Matprim Solutions Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda. Esta aquisição está dentro da estratégia da DGH de crescimento e consolidação da indústria de alimentos de mercearia seca no Brasil.

No dia 2 de janeiro de 2020, a Alnutri Alimentos Ltda., empresa subsidiária da DGH, concluiu a transação de compra de 100% das quotas da empresa Hikari Indústria e Comércio Ltda. pelo valor de R\$80.000. O pagamento à vista, realizado no dia 2 de janeiro de 2020, foi de R\$32.000 e o restante (R\$48.000) será realizado em cinco parcelas anuais. Destas já foi paga uma parcela em 2021 e o valor em aberto em 31/12/2021 é de R\$ 40.098, ainda restando 4 parcelas.

A Alnutri Alimentos Ltda. é uma sociedade limitada e tem como objeto social a industrialização de grãos, farináceos e misturas em pó, comercialização de batata palha, amendoim torrado e moído, sal, gordura de palma, farinha de milho, temperos e tapioca, beneficiamento de arroz, importação de matérias primas como cacau, ervilha, tomate desidratado e outros e exportação de gêneros alimentícios de consumo em geral.

A Matprim Solutions Fabricação Refrescos Concentrados Ltda. é uma sociedade limitada e tem por objeto principal a fabricação de produtos alimentícios para utilização no processo produtivo de outras Empresas, com predominância em extratos aromáticos de vegetais para bebidas não alcoólicas, aditivos para panificação (fermento em pó), concentrados para bebidas não alcoólicas e misturas de substâncias odoríferas (aromas de emulsões aromáticas); fabricação de xaropes e pós para refrescos; fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; fabricação de aditivos de uso industrial; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.

A Hikari Indústria e Comércio Ltda. é uma empresa estabelecida no Estado de São Paulo e que tem por objeto principal atividades no segmento de processamento e venda de produtos alimentícios, com foco em mercearia seca, incluindo itens como farinhas, conservas, pipocas de micro-ondas, condimentos e especiarias, entre outros.

Impactos da Pandemia - COVID-19

No ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. Essa pandemia causou impactos relevantes na economia mundial ao longo de 2020 e 2021 afetando os mais diversos tipos de negócios.

De forma a mitigar os possíveis impactos operacionais, econômicos e financeiros a Companhia está adotando diversas medidas, tais quais:

- (a) Instituição de um comitê extraordinário e multidisciplinar com o objetivo de monitorar os seus principais indicadores operacionais e projetar diferentes cenários com base no que está sendo identificado no Brasil e no resto do mundo;
- (b) Adoção de home office e negociação de férias com seus colaboradores das áreas administrativas, revisão das escalas e rodízios das áreas operacionais.

A Companhia continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e trabalha para reduzir os impactos da Covid em seu resultado financeiro e operacional.

Assim a Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios 2022.

Com relação as métricas de mensuração dos ativos e passivos, não identificamos em 2021 situações ou alterações relevantes nas estimativas de recuperabilidade dos ativos, provisão para perdas esperadas de contas a receber, realização líquida dos estoques.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras da Companhia compreendem:

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 5 de abril de 2022 a Diretoria aprovou o envio das demonstrações contábeis consolidadas para o Conselho da Administração. Em 8 de abril de 2022, o Conselho autorizou sua divulgação para aprovação da Assembleia.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e da participação em controladas, mensurada pelo método de equivalência patrimonial.

c) Saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam saldo comparativo para o exercício de 2020 em suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

e) Uso de estimativas e julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas contábeis que possuem risco significativo de resultado ou ajuste material significativo no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4** – Redução ao valor recuperável de contas a receber
- **Nota Explicativa nº 5** - Provisão para perdas de estoques.
- **Nota Explicativa nº 10** - Imposto de renda e contribuição social.
- **Nota Explicativa nº 13** - Intangível.
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para perda de processos judiciais

2.1 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1.1. Base de Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. As Entidades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são a Alnutri Alimentos Ltda. e a Matprim Solutions Fabricação Refrescos Concentrados Ltda., subsidiárias integrais da DGH Alimentos S.A., conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas as demonstrações contábeis individuais das subsidiárias integrais da Companhia na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.1. Base de Consolidação--Continuação

		31/12/21		31/12/20	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Alnutri Alimentos Ltda.	Controlada	100%	-	100%	-
Matprim Solutions Fabricação Refrescos Conc. Ltda.	Controlada	100%	-	100%	-
Hikari Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	-	100%	-	100%

2.1.2. Instrumentos financeiros

a) *Ativos financeiros*

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.2. Instrumentos financeiros--Continuação

- a) *Ativos financeiros--Continuação*
- ii) Mensuração subsequente--Continuação

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia e suas controladas avaliam os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas as condições.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.2. Instrumentos financeiros--Continuação

- a) *Ativos financeiros--Continuação*
- ii) Mensuração subsequente--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.2. Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros--Continuação*

ii) Mensuração subsequente--Continuação

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.2. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos *financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for paga, revogada, cancelada ou expirar.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.1.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

2.1.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A política de redução ao valor recuperável consiste no reconhecimento em resultado das prováveis perdas no recebimento de créditos registrados no ativo da Companhia. Diante da incerteza do recebimento de créditos em atraso acima de 180 dias a Companhia registra a provisão para perda no recebimento destes créditos, adicionalmente à luz do CPC 48 ela registra provisões para perda em sua carteira de clientes conforme os históricos de recebimentos em atraso, proporcionalmente reconhecendo em “faixas de atraso” os percentuais (que variam na escala de histórico de recebimento em atraso de 01 a 150 dias) que serão utilizados para cálculo das provisões.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.5. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que esses custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda da Companhia e suas controladas. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. A Companhia e suas controladas têm uma política de provisão de perda com base na validade de seus produtos com o objetivo de manter os Estoques em conformidade. Adicionalmente, é feita uma avaliação física dos seus materiais de forma periódica.

A política de provisão para perdas de estoques é calculada e contabilizada para perdas referentes à obsolescência e valor realizável líquido. Mensalmente os estoques são verificados, as datas de validades e movimentação são verificadas, além dos valores de custo de produção dos itens em comparação com a perspectiva de venda. Quando as datas de vencimento podem impactar as vendas dos produtos ou sua margem de contribuição unitária for negativa é constituída uma provisão para perda.

2.1.6. Combinação de negócios - investimentos

As combinações de negócios realizadas são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e do valor de qualquer participação de não controladores, porventura existente, envolvendo, quando necessário, a contratação de especialistas de mercado.

Ao adquirir um negócio, avalia-se os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho por compra vantajosa diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste de recuperabilidade (impairment), o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.6. Combinação de negócios – investimentos--Continuação

a) Alnutri alimentos Ltda.

Em 2 de janeiro de 2019, a Sociedade adquiriu 100% das quotas do capital social da Alnutri Alimentos Ltda., empresa com sede em Contagem, estado de Minas Gerais. Para fins de aquisição, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, com ativos e passivos avaliados a valores justos, na data-base de 31 de dezembro de 2018.

O valor da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Empresa na data da aquisição.

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

Preço de compra	49.690
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(4.519)</u>
Saldo de ágio reconhecido no intangível	<u>45.171</u>

b) Matprim Solutions, Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda.

Em 2 de janeiro de 2019, a Sociedade adquiriu 100% das quotas do capital social da Matprim Solutions, Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda., empresa com sede em Manaus no estado do Amazonas. Para fins de aquisição, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, com ativos e passivos avaliados a valores justos, na data-base de 31 de dezembro de 2018.

O valor da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Empresa na data da aquisição.

Na referida combinação de negócios foi apurado ganho por compra vantajosa, como segue:

Preço de compra	4.500
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(4.668)</u>
Saldo de ganho por compra vantajosa reconhecido no resultado	<u>(168)</u>

c) Hikari Indústria e Comércio Ltda.

Em 2 de janeiro de 2020, a Alnutri, controlada da Sociedade, adquiriu 100% das quotas do capital social da Hikari Indústria e Comércio Ltda., empresa estabelecida no Estado de São Paulo e que se dedica a atividades no segmento de processamento e venda de produtos alimentícios, com foco em mercearia seca, incluindo itens como farinhas, conservas, pipocas de micro-ondas, condimentos e especiarias, entre outros. Para fins de aquisição, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, com ativos e passivos avaliados a valores justos, na data-base de 2 de janeiro de 2020.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.6. Combinação de negócios – investimentos--Continuação

c) *Hikari Indústria e Comércio Ltda.--Continuação*

O valor da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Empresa na data da aquisição.

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

	02/01/2020
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	869
Clientes	23.841
Impostos a recuperar	267
Estoques	10.260
Outros créditos	1.651
Depósitos judiciais	41
Impostos diferidos	926
Imobilizado	5.123
Intangíveis	199
	43.177
 Passivos	
Fornecedores	13.514
Empréstimos e financiamentos	7.133
Obrigações trabalhistas	4.358
Obrigações fiscais	6.272
Outras contas a pagar	5.287
Provisão para contingências	1.218
	37.782
 Ativos líquidos adquiridos	 5.395

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

Preço de compra	80.000
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(5.395)
Mais valia imobilizado	(28.291)
Mais valia acordo de não concorrência	(1.428)
Mais valia marca	(16.511)
Mais valia relacionamento com cliente	(11.913)
Saldo de ágio reconhecido no intangível	16.462

Em 05 de agosto de 2020, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital na Alnutri, controlada da Hikari no montante de R\$560, para subsidiar a aquisição de um ativo

denominado farinha, para ampliação de sua produção.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.7. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, A Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, A Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.7. Arrendamento--Continuação

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se A Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência (veja (p) (iii)), A Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis médias das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	<u>2021 e 2020</u>
Edifícios e construções	25 anos
Instalações	10,9 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	8,1 anos
Móveis e utensílios	8,5 anos
Computadores e periféricos	6 anos
Veículos	5 anos

A Companhia e suas controladas reconhecem seus itens do imobilizado que são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas além da constituição de provisão para perdas na recuperação. As devidas baixas foram realizadas impactando assim o resultado do exercício corrente. Em 2021, a Companhia e suas controladas reavaliaram a vida útil dos ativos, concluindo pela adequação dos mesmos.

2.1.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.9. Intangível--Continuação

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

As vidas úteis médias das principais classes de ativo intangível estão descritas abaixo:

	<u>2021 e 2010</u>
Direito de uso software	5 anos
Mais-valia - carteira de clientes	8 a 9 anos
Mais-valia sobre - marca	5 a 8 anos
Mais-valia sobre - propriedade intelectual	2 a 11 anos

2.1.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, (“pro rata temporis”), bem como a variação monetária.

2.1.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos

sejam requeridos para liquidar a obrigação com estimativa confiável do valor identificado.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.1.13. Reconhecimento de receita

Venda de produtos

A receita da venda de produtos somente é reconhecida quando o controle destes é transferido ao comprador, o valor da receita pode ser estimado com segurança e quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Companhia. As receitas de vendas de bens e mercadorias são reconhecidas líquidas de descontos comerciais concedidos, dos impostos sobre as vendas (ICMS, PIS e COFINS) e das devoluções. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.1.14. Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes, da seguinte forma:

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.14. Tributação sobre a renda--Continuação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 mil.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

2.1.15. Benefício fiscal

A controlada indireta da Companhia, usufrui do benefício fiscal de redução de base de cálculo e isenção de ICMS para alguns produtos comercializados, sendo que parte deles foi concedido via Convênio e outra parte foi convalidada pelo Estado nos moldes do disposto no art. 3º da Lei Complementar 160/17.

2.1.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Não se espera que alteração da norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	13	27
Bancos	-	-	5.904	16.218
Aplicações financeiras	16.977	53.071	17.137	60.728
	<u>16.977</u>	<u>53.071</u>	<u>23.054</u>	<u>76.973</u>

Na Companhia, as aplicações financeiras referem-se a aplicações automáticas dos saldos diários da conta corrente. São realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados pela variação de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2021 e 2020.

Na linha de aplicações financeiras há valor de R\$ 119 referente à um título de capitalização na Caixa Econômica Federal de R\$ 100 em 31 de dezembro (R\$ 100 em 31 de dezembro 2020) e outro título junto ao Banco da Amazônia S.A. no valor de R\$ 19 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2020).

4 Contas a receber de clientes

Estão apresentados com a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas	50.783	67.194
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.768)	(2.436)
	48.015	64.758

A composição das duplicatas a receber por vencimento é a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos a vencer	40.105	59.020
Vencido até 30 dias	4.967	4.324
Vencido entre 31 dias e 90 dias	1.641	402
Vencido entre 91 dias e 150 dias	1.855	182
Vencido há mais de 150 dias	2.215	3.266
Total	50.783	67.194

A movimentação da provisão para a redução ao valor recuperável é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	(2.436)	(1.983)
Adições	(1.479)	(1.431)
Baixas e reversões	1.147	978
Saldo final	(2.768)	(2.436)

5 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima	16.358	14.502
Material de embalagem	7.372	1.902
Produto intermediário	-	34
Produto semi acabado	839	235
Estoque em trânsito	-	1.640
Estoque em poder de terceiros	-	2.574
Produtos acabados	18.211	19.506
Material de Manutenção	22	-
	42.802	40.393

A movimentação da provisão para obsolescência é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	(508)	(951)
Adições	(7.959)	(5.850)
Baixas e reversões	6.473	6.293
Saldo final	(1.994)	(508)

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	-	-	2.188	1.040
IPI	-	-	601	438
PIS	3	-	7	21
COFINS	12	-	12	68
IRRF	252	-	264	5
IRPJ e CSLL	390	385	1.574	1.184
Outros impostos	12	12	401	698
	669	397	5.047	3.454

7 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos a Receber	-	-	128	-
Adiantamentos a fornecedores	518	133	26.666	2.016
Adiantamento de Férias	-	-	83	-
Adiantamento importações	-	-	107	-
Adiantamento de Comissões	-	-	11	-
Despesas antecipadas	-	12	270	57
Outras contas a receber	528	-	2.078	1.033
	1.046	145	29.343	3.106

8 Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais - INSS (i)	2.541	1.987
Depósitos judiciais – FGTS	150	136
Depósitos judiciais trabalhistas	278	240
Outros depósitos judiciais	567	177
	3.536	2.540

- (i) Refere-se aos depósitos efetuados para suspender a exigência do recolhimento das contribuições previdenciárias (previstas pelos incisos I e II do artigo 22 da Lei nº 8.212/91) e de terceiros (salário educação, INCRA, SEBRAE, SENAI e SESI) sobre as verbas pagas a título de 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado doente (antes da concessão do auxílio-doença/acidente), a título de salário-maternidade e salário paternidade, terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado, décimo terceiro proporcional ao aviso indenizado, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, auxílio-creche e o salário-educação (auxílio-educação).

9 Partes relacionadas

	Controladora				Consolidado	
	Contas a receber (i)		Mútuo a receber (ii) Não		Mútuo a receber (ii)	
	Circulante		circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Alnutri Alimentos Ltda.	12.132	7.687	23.973	9.888	-	-
Matprim Solutions. Ltda.	1.204	729	-	-	-	-
Hikari Ind. e Com. Ltda.	4.793	2.128	11.992	-	-	-
CSC	-	-	981	981	981	981
	18.129	10.544	36.946	10.869	981	981

- (i) Contas a receber - Os valores se referem a rateio de despesas corporativas incorridas pela DGH e parcialmente absorvidas pelas subsidiárias.
- (ii) Mútuo partes relacionadas - A Companhia possui mútuo concedido à Alnutri sobre o qual incidem juros remuneratórios, anuais e compostos, calculados à taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 3%. A Companhia possui mútuo concedido à Hikari sobre o qual incidem juros remuneratórios, anuais e compostos, calculados à taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 3%. Existem ainda operações entre empresas da Companhia, a Alnutri em Setembro deve à Hikari R\$ 17.511 referente à mútuo entre elas. O saldo a receber com a CSC refere-se a compra e venda, subscrição de ações e outras avenças sobre o qual não incidirá juros remuneratórios e /ou correção monetária.

Remuneração da Administração

A remuneração dos principais administradores a título de pró-labore, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta por benefícios de curto prazo no montante de R\$ 4.289 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.597 em 31 de dezembro de 2020).

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou diferenças temporárias representadas por provisões temporariamente indedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Redução ao valor recuperável (Nota 4)	2.768	45
Provisão para perdas em estoques (Nota 5)	1.994	508
Provisão para processos judiciais (Nota 19)	4.226	2.405
Provisão para acordos comerciais	1.174	543
Provisão para PLR	771	315
Provisão para fretes	2.782	98
Provisão para comissões	-	60
Provisão IR e CS sobre reavaliação	381	381
Provisões diversas	2.224	374
Diferenças de depreciação taxa fiscal X vida útil	1.057	525
Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	501	242
Cut off de vendas	1.555	762
Antecipação descontos contratuais	1.629	1.823
Outras diferenças temporárias	1.225	951
Total diferenças temporárias	22.287	9.032
Total de prejuízo fiscal	56.487	16.288
Total	78.774	25.320
Alíquota combinada	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	26.783	8.609
Impairment do impostos de renda e contribuição social diferidos	(16.848)	(5.538)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	9.935	3.071

A Companhia está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. Algumas subsidiárias incluindo a própria Companhia, não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados dada a incerteza na sua recuperação. Durante o ano de 2021, não foram registrados os prejuízos fiscais das subsidiárias Alnutri R\$20.455 (R\$8.507 em 31 de dezembro de 2020), Matprim R\$3.636 (R\$2.234 em 31 de dezembro de 2020), Hikari R\$15.991 (R\$54 em 31 de dezembro de 2020) e da holding DGH R\$117 (R\$5.493 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores de ativo diferido registrados com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros são estimados a serem recuperados nos seguintes exercícios:

	2021
2022	1.119
2023 à 2024	<u>8.816</u>
	<u><u>9.935</u></u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções de lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

a. Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.470)	(18.358)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(15.120)</u>	<u>(6.242)</u>
Efeito do IR e CS sobre (adições) exclusões permanentes		
Perdas de estoques	1.486	443
Perdas efetivas de clientes	1.535	453
Efeito do Imposto diferido ativo não registrado	<u>18.964</u>	<u>5.663</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	-	(808)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	<u>6.865</u>	<u>1.125</u>
Alíquota efetiva	<u>15,44%</u>	<u>1,73%</u>

11 Investimento em controladas

a. Informações sobre investimentos

	31/12/2021							
	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Lucro não realizado	Investimento	Provisão para perdas	Equivalência
Alnutri Alimentos Ltda.	100%	183.728	10.932	(31.506)	(37)	(20.826)	-	(31.542)
Ágio na aquisição	-	-	-	-	-	45.171	-	-
Mais-valia – cliente	-	-	-	-	-	7.870	-	-
Mais-valia – marca	-	-	-	-	-	3.515	-	-
Mais-valia - propriedade intelectual	-	-	-	-	-	3.996	-	-
Matprim Solutions Fabricação	100%	4.861	(3.152)	(3.255)	-	-	-	(3.255)
Mais-valia – cliente	-	-	-	-	-	88	-	-
Mais-valia – marca	-	-	-	-	-	21	-	-
Mais-valia - propriedade intelectual	-	-	-	-	-	32	-	-
Total investimentos						39.867	-	(34.797)
	31/12/2020							
	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Lucro não realizado	Investimento	Provisão para perdas	Equivalência
Alnutri Alimentos Ltda.	100%	206.434	10.895	(10.291)	(349)	10.546	-	(10.291)
Ágio na aquisição	-	-	-	-	-	45.171	-	-
Mais-valia – cliente	-	-	-	-	-	9.169	-	-
Mais-valia – marca	-	-	-	-	-	4.223	-	-
Mais-valia - propriedade intelectual	-	-	-	-	-	4.570	-	-
Matprim Solutions Fabricação	100%	6.898	103	(2.257)	-	103	-	(2.257)
Mais-valia – cliente	-	-	-	-	-	94	-	-
Mais-valia – marca	-	-	-	-	-	25	-	-
Mais-valia - propriedade intelectual	-	-	-	-	-	80	-	-
Total investimentos						73.981	-	(12.548)

b. Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	Alnutri	Matprim	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	37.514	2.698	40.212
Aumento de capital	48.959	-	48.959
Amortização mais-valia	(2.503)	(139)	(2.642)
Equivalência patrimonial	(10.291)	(2.257)	(12.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.679	302	73.981
Amortização mais valia	(2.391)	(78)	(2.469)
Equivalência patrimonial	(31.542)	(3.255)	(34.797)
Reclassificação para passivo a descoberto	-	3.152	3.152
Saldo em 31 de dezembro de 2021	39.746	121	39.867

(a) Vide a apresentação da mais-valia no consolidado na Nota Explicativa nº 13.

c. Investimentos a pagar

No dia 2 de janeiro de 2020, a Alnutri Alimentos Ltda., empresa subsidiária da DGH, concluiu a transação de compra de 100% das quotas da empresa Hikari Industria e Comércio Ltda. pelo valor de R\$80.000. O pagamento à vista, realizado no dia 2 de janeiro de 2020, foi de R\$32.000 e o restante (R\$48.000) será realizado em cinco parcelas anuais, ocorrendo a atualização do saldo devedor mensalmente de acordo com o CDI, conforme estipulado em contrato. Já foi realizado o pagamento de uma parcela em janeiro de 2021 e a segunda parcela está prevista para janeiro de 2022. As próximas parcelas vencerão em janeiro dos próximos anos. Adicionalmente, a Companhia possui uma conta gráfica (valores a receber dos antigos sócios da Hikari) no montante acumulado de R\$4.968. O resumo dos valores a pagar estão destacados abaixo:

Aquisição em 01/01/2020	80.000
Pagamento à vista	(32.000)
Investimento a pagar	48.000
Atualização monetária	1.197
(-) Conta gráfica (*)	(3.004)
Saldo em 31/12/2020	46.193
Pagamento de investimento	(6.017)
Atualização monetária	1.886
(-) Conta gráfica (*)	(1.964)
Saldo em 31/12/2021	40.098
Passivo circulante	7.765
Passivo não circulante	32.333
	40.098

- (*) O saldo de conta gráfica refere-se a valores a receber dos antigos acionistas da Hikari, referente a processos e despesas incorridas após a venda da Companhia e que se refere a gestão dos antigos acionistas. O recebimento está atrelado a redução do pagamento das parcelas anuais.

12 Imobilizado e direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	6	2	5.850	6.134
Direito de uso	167	-	2.158	2.958
	173	2	8.008	9.092

Imobilizado	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	
Custos					
Terrenos	693	-	-	-	693
Edifícios e construções	4.080	457	-	-	4.537
Móveis e utensílios	486	80	-	-	566
Máquinas, aparelhos e equipamentos	15.441	234	(23)	-	15.652
Veículos	696	-	(506)	-	190
Computadores e periféricos	1.144	407	(58)	-	1.493
Instalações	1.543	345	-	-	1.888
Instalações - benfeitorias em imóveis de terceiros	33	-	-	-	33
Imobilizado em andamento	44	389	(419)	-	14
Imobilizado em poder de terceiros	164	-	-	-	164
Total do custo	24.324	1.912	(1.006)	-	25.230
Depreciação					
Edifícios e construções	(2.265)	(238)	-	-	(2.503)
Móveis e utensílios	(359)	(59)	-	-	(418)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(13.200)	(944)	-	-	(14.144)
Veículos	(618)	(123)	552	-	(189)
Computadores e periféricos	(687)	(225)	-	-	(912)
Instalações	(518)	(132)	13	(405)	(1.042)
Instalações - benfeitorias em imóveis de terceiros	(413)	(14)	-	405	(22)
Imobilizado em poder de terceiros	(130)	(20)	-	-	(150)
Total da depreciação	(18.190)	(1.755)	565	-	(19.380)
Total do imobilizado	6.134	157	(441)	-	5.850

Imobilizado	Consolidado					31/12/2020
	01/01/2020	Adição por aquisição de investimento	Adições	Baixas	Transferências	
Custos						
Terrenos	-	693	-	-	-	693
Edifícios e construções	-	4.084	-	(4)	-	4.080
Móveis e utensílios	315	200	70	(76)	(23)	486
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.995	9.685	964	(487)	(716)	15.441
Veículos	55	740	-	(99)	-	696
Computadores e periféricos	424	723	413	(418)	2	1.144
Instalações	513	240	217	-	573	1.543
Instalações - benfeitorias em imóveis de terceiros	33	-	-	-	-	33
Imobilizado em andamento	-	-	241	(197)	-	44
Imobilizado em poder de terceiros	-	-	-	-	164	164
Total do custo	7.335	16.365	1.905	(1.281)	-	24.324
Depreciação						
Edifícios e construções	-	(1.729)	(536)	-	-	(2.265)
Móveis e utensílios	(242)	(79)	(58)	1	19	(359)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4.359)	(8.479)	(836)	46	428	(13.200)
Veículos	(39)	(437)	(145)	3	-	(618)
Computadores e periféricos	(223)	(492)	(45)	80	(7)	(687)
Instalações	-	(26)	(222)	42	(312)	(518)
Instalações - benfeitorias em imóveis de terceiros	(401)	-	(12)	1	(1)	(413)
Imobilizado em poder de terceiros	-	-	(3)	-	(127)	(130)
Total da depreciação	(5.264)	(11.242)	(1.857)	173	-	(18.190)
Total do imobilizado	2.071	5.123	48	(1.108)	-	6.134

12.1 Direito de uso

a) Composição

Os valores contábeis do ativo imobilizado adquiridos e registrados por meio de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado		
	Vida útil	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Direitos de uso – edifícios	37 a 59 meses	167	-	2.158	2.958
		167	-	2.158	2.958

b) Movimentação arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo (nota 16)	Ativo	Passivo (nota 16)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	2.958	3.243
Pagamento	-	(10)	-	(1.002)
Depreciação	(19)	-	(1.327)	-
Novos contratos	186	211	-	-
Atualização de contrato	-	5	527	221
Juros	-	-	-	278
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167	206	2.158	2.740

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

13 Intangível

	Controladora			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Intangível				
Direito de uso software	2.649	1.683	-	4.332
Total do intangível	2.649	1.683	-	4.332

	Controladora		
	01/01/2020	Adições	31/12/2020
Intangível			
Direito de uso software	2.384	265	2.649
Total do intangível	2.384	265	2.649

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Intangível				
Direito de uso software	3.179	1.795	-	4.974
Marcas e patentes	2.794	-	-	2.794
Ágio na aquisição de investimentos	60.276	-	-	60.276
Mais-valia (a)	81.584	-	(88)	81.496
Total do custo	147.833	1.795	(88)	149.540

Amortização				
Direito de uso software	(439)	(136)	-	(575)
Amortização de mais-valia nos investimentos(a)	(7.218)	(3.723)	-	(10.941)
Total da amortização acumulada	(7.657)	(3.859)	-	(11.516)
Total do intangível	140.176	(2.064)	(88)	138.024

	Consolidado				
	01/01/2020	Adição por aquisição de investimento	Adições	Baixas	31/12/2020
Intangível					
Direito de uso software	2.756	46	377	-	3.179
Marcas e patentes	2.631	163	-	-	2.794
Ágio na aquisição de investimentos	45.171	16.462	-	(1.357)	60.276
Mais-valia (a)	23.441	58.143	-	-	81.584
Total do custo	73.999	74.814	377	(1.357)	147.833
Amortização					
Direito de uso software	(349)	(10)	(80)	-	(439)
Amortização de mais-valia nos investimentos(a)	(2.640)	(1.938)	(2.640)	-	(7.218)
Total da amortização acumulada	(2.989)	(1.948)	(2.720)	-	(7.657)
Total do intangível	71.010	72.866	(2.343)	(1.357)	140.176

(a) Mais valia – composição/histórico

O saldo de Mais valia de 31 de dezembro de 2021 é composto por valores de investimento nas aquisições das empresas controladas pela Companhia sendo divididos da seguinte forma:

Em Alnutri referente à aquisição da Hikari - R\$ 28.291 em imobilizado (R\$ 28.291 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 10.281 em relacionamento com cliente (R\$ 11.097 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 857 acordo de não concorrência (R\$ 1.142 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 14.860 relativo à marca (R\$ 15.685 em 31 de dezembro de 2020).

Em DGH referente à aquisição da Alnutri - R\$ 7.870 em relacionamento com cliente (R\$ 9.169 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 3.996 propriedade intelectual (R\$ 4.570 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 3.515 relativo à marca (R\$ 4.223 em 31 de dezembro de 2020).

Em DGH referente à aquisição da Matprim - R\$ 88 em relacionamento com cliente (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 32 propriedade intelectual (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 21 relativo à marca (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Ágio – composição/histórico

O Ágio é composto por valores de investimento segmentados entre a aquisição das empresas controladas da Companhia, sendo o saldo de R\$ 15.105 em 31 de dezembro de 2021 referente na aquisição da Hikari (R\$ 15.105 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 45.171 da aquisição da Alnutri em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 45.171 em 31 de dezembro de 2020).

Teste de redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2021, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, e aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para “impairment”. A Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) de sua origem.

O valor recuperável destas UGC foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados.

A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir, sendo que os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC para cada UGC é 9,25%, considerando parâmetros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. Foi considerada taxa de crescimento na perpetuidade de 3,18%.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os cenários de mercado e nosso posicionamento de liderança, alterações organizacionais em quadros de gestão, dentro do mesmo contexto de maior integração e sinergias.

O valor recuperável estimado das UGCs foi superior ao seu valor contábil, assim, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para “impairment”.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nacionais	77	60	34.671	42.399
Importação	-	-	3.937	3.662
	77	60	38.608	46.061

Risco Sacado

A operação de cessão de créditos em que fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2021, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos

fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 1,21% e 1,43% (2020 – 1,09% e 1,29%), com média ponderada de 1,33% (2020 – 1,19%).

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	Consolidado			
	Vencimento	Taxa a.m. %	31/12/2021	31/12/2020
Cessão de recebíveis	28/02/2022	1,50%	22.747	15.784
Capital de giro	05/12/2024	1,09%	56.087	56.930
Conta Garantida	31/01/2022	1,68%	4.000	4.382
Finimp	31/03/2022	0,92%	1.279	751
			84.113	77.847
Circulante			58.584	40.852
Não circulante			25.529	36.995
			84.113	77.847
Fluxo de pagamentos - Não Circulante				
Financiamentos 2022			13.643	
Financiamentos 2023			6.432	
Financiamentos 2024			5.454	

	Amortização					
	Saldo Inicial	Captações	Juros apropriados	Principal	Juros	Saldo Final
Cessão de recebíveis (i)	15.784	70.095	632	(63.496)	(268)	22.747
Capital de Giro	56.930	39.794	2.859	(41.864)	(1.632)	56.087
Conta Garantida	4.382	228	1.340	(1.376)	(574)	4.000
Finimp	751	1.282	43	(754)	(43)	1.279
	77.847	111.399	4.874	(107.490)	(2.517)	84.113

- (i) A maior parte das captações e liquidações ocorridas no ano referem-se à operação de cessão de recebíveis que é utilizada como suporte de capital de giro para suas controladas.

Os empréstimos e financiamentos existentes não possuem cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento de índices econômico-financeiros “*covenants*”. As linhas de financiamentos possuem como garantia os recebíveis da Companhia.

16 Passivo de Arrendamento

Os arrendamentos estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento por arrendamento	221	-	3.171	3.953
Encargos financeiros a transcorrer	(15)	-	(431)	(710)
Total (nota 12.1)	206	-	2.740	3.243
Circulante	52	-	1.498	1.171
Não circulante	154	-	1.242	2.072
	206	-	2.740	3.243

Os arrendamentos da controladora referem-se à locação de escritórios para administração da Companhia econômico, os arrendamentos de Alnutri e Matprim referem-se à locação das unidades operacionais (plantas) de Contagem e Manaus. Os arrendamentos foram calculados com a taxa média de 1,27% a.m. na Alnutri e 1,20% a.m. na Matprim, que correspondem com as taxas incrementais de empréstimo das controladas.

	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Atualização	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Arrendamento	3.953	(1.002)	221	-	3.172
Encargos	(710)	-	(27)	305	(432)
	3.243	(1.002)	194	305	2.740

O valor de atualização corresponde à correção anual do contrato de arrendamento das unidades fabris de Contagem, Manaus e do escritório de São Paulo. A correção aplicada impacta o valor principal e o valor dos encargos do contrato.

17 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	-	-	3.578	3.425
Provisão de encargos sobre férias	-	-	1.312	1.079
Salários e ordenados	171	-	912	1.480
Pensão alimentícia	-	-	(10)	15
Comissões sobre vendas a pagar	-	-	-	151
Rescisão de empregados	-	-	6	3
INSS a recolher	57	84	1.026	811
FGTS a recolher	-	-	155	325
Provisão Participação nos Lucros	-	-	771	715
Contribuições a recolher	-	-	9	16
	228	84	7.759	8.020

18 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	-	-	2.209	1.525
PIS / COFINS / CSLL	64	5	1.602	835
Impostos retidos a recolher	145	119	521	658
Crédito com entidade governamental	-	-	-	133
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	381	381
Parcelamento INSS	-	-	143	1.090
Parcelamento PERT	-	-	1.949	1.090
Parcelamento ICMS	-	-	174	479
Parcelamento Previdência	-	-	788	911
FTI / UEA / FMPES	-	-	19	24
	209	124	7.786	7.126
Circulante	209	124	5.173	4.852
Não circulante	-	-	2.613	2.274
	209	124	7.786	7.126

19 Provisão para processos judiciais

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente reclamações trabalhistas, cíveis e ambientais. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação de risco efetuada pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideráveis prováveis.

As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda incluía a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

	Consolidado			Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Exclusões	
Trabalhistas	1.009	1.423	(81)	2.351
Cíveis	240	1.384	(47)	1.577
Tributaria	-	298	-	298
	1.249	3.105	(128)	4.226

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para riscos por apresentarem riscos de perda possível. Em 31 de dezembro de 2021, os processos, cuja expectativa de perda é considerada possível, totalizam R\$17.399 (R\$1.628 em 31 de dezembro 2020), sendo de R\$ 862 de riscos trabalhistas (R\$1.094 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 12.802 de riscos cíveis (R\$13 em 31 de dezembro 2020) e R\$3.735 de riscos tributários (R\$521 em 31 de dezembro 2020).

As controladas da Companhia possuem processos referentes à questionamento sobre o ICMS compor base de cálculo do PIS e COFINS. Existem recursos julgados pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral de que o ICMS não deve compor a referida base dos impostos. Em maio de 2021 ocorreu o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional em março de 2017, contra a decisão proferida no âmbito do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A controlada Hikari Industria e Comercio Ltda., teve o processo referente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS transitado em julgado em 2 de julho de 2021 e a Companhia levantou valores de crédito de PIS e COFINS que após atualização pela Selic totalizam R\$ 18.650. A controlada Alnutri Alimentos Ltda. tem processo referente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS que ainda não foi julgado, de acordo com o levantamento realizado pela Companhia o valor verificado de crédito com atualização pela SELIC totaliza o montante de R\$ 4.490.

Em setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em tese de repercussão geral, que não incidem Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a receita de atualização monetária dos indêbitos tributários recebidos da União (taxa Selic) reconhecidos por decisão administrativa ou judicial. A administração da Companhia realizou a avaliação e não identificou impactos em seus registros a respeito deste tema.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda do país é de R\$165.079 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dividido em 283.617 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal:

	2021 e 2020			
	Ações ordinárias (mil)	Valor da ação	%	Valor capital
Stratus SCP	236.098		83,25	163.000
CSC	47.519		16,75	2.079
Total	283.617		100,00	165.079

Em 2 de janeiro de 2019 foram emitidas 53.010.167 (cinquenta e três milhões, dez mil e cento e sessenta e sete) ações, totalmente subscritas e integralizadas por CSC Participações Ltda, mediante conferência ao capital da Companhia de 1.877.200 (um milhão, oitocentas e setenta e sete mil e duzentas) quotas de emissão da Alnutri Alimentos Ltda., e de 3.040.000 (três milhões e quarenta mil) quotas de emissão da Matprim Solutions, Fabricação De Refrescos Concentrados Ltda., cujo valor total corresponde a R\$6.098, nos termos do Laudo de Avaliação das empresas.

Em 17 de maio de 2019 foram emitidas 22.361.974 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta

e um mil, novecentos e setenta e quatro) novas ações, mediante o pagamento do preço de emissão total de R\$1,00 (um real), conforme o cálculo realizado de acordo com as condições do Bônus de Subscrição - Ajuste - Stratus, totalmente subscritas e integralizadas por Stratus Scp Coinvestimento III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 12 de dezembro de 2019 foram emitidas 1.442.703 (um milhão, quatrocentas e quarenta e duas mil, setecentas e três) novas ações, mediante o pagamento do preço de emissão total de R\$1 (um real), por decorrência do exercício do Bônus de Subscrição e mais 75.141 (setenta e cinco mil, cento e quarenta e uma) novas ações, mediante pagamento de R\$55.000, em conformidade com Bônus de Subscrição Tranches Adicionais, totalmente subscritas e integralizadas em 16 de dezembro de 2019, por Stratus Scp Coinvestimento III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Também em 12 de dezembro de 2019, a DGH Alimentos S.A. realizou a recompra, para posterior cancelamento, de 6.831.052 (seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, cinquenta duas) ações de emissão própria, de titularidade da acionista CSC Participações Ltda. pelo valor de R\$5.000.

Em 16 de dezembro de 2019 foram emitidas 1.339.894 (um milhão, trezentas e trinta nove mil, oitocentas e noventa e quatro) novas ações, mediante o pagamento do preço de emissão total de R\$981, totalmente subscritas e integralizadas por CSC Participações Ltda., e mais 72.152.587 (setenta e duas milhões, cento e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta e sete) novas ações mediante o pagamento do preço de emissão total de R\$43.000, totalmente subscritas e integralizadas por Stratus Scp Coinvestimento III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

20.1 Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de ações da DGH Alimentos S.A. para a CSC Participações como parte do pagamento pela aquisição do controle das empresas Alnutri Alimentos Ltda. e Matprim Solutions, Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda., ocorrida em 2 de janeiro de 2019.

A DGH adquiriu 1.877.200 quotas da Alnutri e 3.040.000 quotas da Matprim, respectivamente pelos valores de R\$34.102 e R\$2.109, sendo que as ações cedidas para a CSC foram emitidas pelo valor de R\$6.098, gerando, assim, ágio na emissão de ações no valor de R\$30.113.

O ágio na emissão de ações apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor justo pago nas ações da Alnutri	34.102	34.102
Valor justo pago nas ações Matprim	2.109	2.109
Emissão de novas ações da CSC Participações	(6.098)	(6.098)
	<u>30.113</u>	<u>30.113</u>

21 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Venda de produtos e mercadorias	536.471	545.778
Devolução de vendas	(24.003)	(11.858)
Descontos comerciais	(24.168)	(27.603)
Imposto sobre vendas	(76.755)	(77.709)
	411.545	428.608

22 Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Material e embalagem	-	-	(302.825)	(304.757)
Mão de obra	(2.450)	(526)	(71.783)	(64.651)
Frete	-	-	(21.394)	(25.874)
Acordos comerciais	-	-	(8.179)	(1.344)
Comissão de vendas	-	-	(8.355)	(8.982)
Prestação de serviço	(1.783)	(3.380)	(4.994)	(7.356)
Depreciação e amortização	(2.018)	(2.640)	(7.782)	(7.323)
Provisão de Contingências	-	-	(127)	(52)
Pallet	-	-	(999)	(844)
Locação	(150)	(122)	(1.572)	(709)
Mensalidade de Software	(693)	-	(1.572)	(7)
Tributárias	(10)	(10)	(383)	(619)
Armazenagem	-	-	(556)	(1.671)
Viagens	(30)	(53)	(1.286)	(593)
Assessoria técnica	(74)	(277)	(1.147)	(696)
Provisão para perda de clientes	-	-	(332)	(453)
Outros	2.161	(133)	(10.934)	(10.513)
	(5.047)	(7.141)	(444.220)	(436.444)
Custos dos produtos vendidos	-	-	(326.553)	(325.205)
Despesas administrativas	(5.047)	(7.141)	(36.663)	(40.667)
Despesas comerciais	-	-	(80.672)	(70.119)
Provisão para perda de clientes	-	-	(332)	(453)
	(5.047)	(7.141)	(444.220)	(436.444)

23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Descontos	1	-	211	243
Juros duplicatas	5	-	359	536
Juros sobre empréstimos	1.224	-	965	-
Aplicação Financeira	1.386	1.350	1.406	1.359
Variação cambial	-	-	417	348
Outros	-	399	68	22
	2.616	1.749	3.426	2.508
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(8.606)	(8.564)
Juros sobre arrendamento	-	-	(429)	(550)
Juros e multas	(20)	(17)	(1.729)	(528)
Variação cambial	-	-	(514)	(3.635)
Antecipação de Duplicatas	-	-	-	-
IOF	(244)	-	(1.151)	(134)
Cobrança de títulos	-	-	(259)	(551)
Outros	(110)	(82)	(2.987)	(281)
	(374)	(99)	(15.675)	(14.243)
	2.242	1.650	(12.249)	(11.735)

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

24.1 Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação desses ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia e suas controladas não possuem operação com derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia e suas controladas, destacam-se:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Caixa e equivalentes de caixa	16.977	16.977	-	23.054	23.054	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	48.015	48.015	-
Notas de débito com partes relacionadas	18.129	18.129	-	-	-	-
Mútuos com partes relacionadas	36.946	-	36.946	981	-	981
Total	72.052	35.106	36.946	72.050	71.069	981
Fornecedores	77	77	-	38.608	38.608	-
Arrendamento mercantil	206	52	154	2.740	1.498	1.242
Empréstimos bancários	-	-	-	84.113	58.584	25.529
Total	283	129	154	125.461	98.690	26.771

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

b) Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção.

A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento. A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas de contas a receber dos créditos com risco de realização sendo reconhecidas no resultado do exercício.

As contas a receber de títulos a receber de clientes são monitoradas individualmente, sendo as perdas estimadas calculadas com base na experiência real da perda de crédito histórica da Companhia, utilizando o percentual de inadimplência após o vencimento. A provisão para perdas esperadas para o contas a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.768, representando 5,45% do saldo de contas a receber em aberto, e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.436, equivalentes a 3,62%. Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Valor contábil			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	16.977	53.071	23.054	76.973
Contas a receber de clientes	-	-	48.015	64.758
Notas de débito com partes relacionadas	18.129	10.544	-	-
Mútuos com partes relacionadas	36.946	10.869	981	981
Total	72.052	74.484	72.050	142.712

c) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

d) Riscos de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as transações comerciais (aquisição de insumos e matérias-primas) são realizadas, e a sua respectiva moeda funcional. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e a principal moeda na qual estas operações são realizadas é o Dólar (USD).

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com valorização em relação ao Real de 8%, quando comparado a 31 de dezembro de 2020. Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados abaixo:

Natureza dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores a pagar	-	-	3.937	3.662
Exposição líquida	-	-	3.937	3.662

As seguintes taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2021	2020	2021	2020
USD	5,3956	5,1623	5,5805	5,1961

Análise de sensibilidade moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de câmbio, indexada ao dólar- americano como segue:

Exposição Patrimonial	Risco	Cenários				
		I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Fornecedores a pagar	Valorização Dólar	3.937	4.921	5.906	2.953	1.969
	Efeito no resultado	3.937	4.921	5.906	2.953	1.969

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Ativo Financeiros	Exposição Valor	Taxa CDI 31/12/2021	Cenários				
			I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras	17.137	0,7691	17.269	21.586	25.903	12.952	8.634
Empréstimos	84.113	0,7691	84.760	105.950	127.140	63.570	42.380
Valor líquido	101.250		102.029	127.536	153.043	76.522	51.014

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2021			
Ativos	Valor justo no Resultado	Custo Amortizado	Outros passivos Financeiros	Total
Aplicações financeiras	17.137	-	-	17.137
Caixa e bancos	-	5.917	-	5.917
Contas a receber de clientes	-	48.015	-	48.015
Total dos instrumentos ativos	17.137	53.932	-	71.069
Passivos				
Fornecedores	-	38.608	-	38.608
Arrendamento mercantil	-	2.740	-	2.740
Empréstimos bancários	-	84.113	-	84.113
Total dos instrumentos passivos	-	125.461	-	125.461

Consolidado				
31 de dezembro de 2020				
Ativos	Valor justo no Resultado	Custo Amortizado	Outros passivos Financeiros	Total
Aplicações financeiras	60.728	-	-	60.728
Caixa e bancos	-	16.245	-	16.245
Contas a receber de clientes	-	64.758	-	64.758
Total dos instrumentos ativos	60.728	81.003	-	141.731
Passivos				
Fornecedores	-	46.061	-	46.061
Arrendamento mercantil	-	3.243	-	3.243
Empréstimos bancários	-	77.847	-	77.847
Total dos instrumentos passivos	-	127.151	-	127.151

24.2 Valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

(i) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação de importação de mercadorias.

(ii) *Instrumentos financeiros “não derivativos”*

Os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas são similares aos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em função do curto prazo de vencimento dessas operações.

Hierarquia de valor justo

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

25 Seguros

A Companhia e as controladas adotaram a política de contratar cobertura de seguros para proteger seu patrimônio considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes. Os tipos de cobertura e seus respectivos valores segurados são como seguem:

Tipo de cobertura	Vigência	Valor segurado (Em R\$ mil)
Fábrica (Alnutri)	29/04/2021 a 29/04/2022	50.000
Lucros Cessantes (Alnutri)	29/04/2021 a 29/04/2022	10.000
Danos contra terceiros (Alnutri)	04/06/2021 a 04/06/2022	200
Responsabilidade civil (Alnutri)	29/04/2021 a 29/04/2022	100
Fábrica (Matprim)	12/11/2021 a 12/11/2022	8.023
Lucros Cessantes (Matprim)	12/11/2021 a 12/11/2022	1.805
Responsabilidade civil (Matprim)	12/11/2021 a 12/11/2022	550
Responsabilidade civil (DGH)	28/12/2021 a 28/12/2022	15.000
Fábrica (Hikari)	23/09/2021 a 23/09/2022	43.800
Danos a terceiros e Resp. Civil (Hikari)	23/09/2021 a 23/09/2022	1.050

26 Eventos subsequentes

(a) Captação e amortização de empréstimos

De janeiro a março de 2022, as controladas captaram R\$ 4.500 em novos empréstimos. O valor captado tem como principal objetivo financiar as atividades operacionais da Companhia, sendo capital de Giro a principal modalidade utilizada. Neste mesmo período foram pagos R\$ 8.000 de principal e R\$ 87 de juros.

(b) Pagamento de investimento

No dia 03 de janeiro de 2022, a Alnutri Alimentos Ltda., empresa subsidiária da DGH, realizou o pagamento da segunda parcela referente ao acordo de transação de compra de 100% das quotas da empresa Hikari Industria e Comercio Ltda. pelo valor de R\$ 7.766.

(c) Mudança de executivo

No dia 10 de março de 2022, ocorreu uma reunião do conselho de administração da DGH e nesta foi realizada a eleição de novo diretor presidente da Companhia, assim sendo o senhor Rodrigo Gomes Cardoso assume o posto no lugar de Tiago Curi Isaac.